



Jornal Notícias

18-01-2019

Periodicidade: Diário	Temática: Justiça
Classe: Informação Geral	Dimensão: 1225 cm ²
Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
Tiragem: 60963	Página (s): 1/14



Hacker pede proteção por denunciar crimes



Polícia da Hungria divulgou imagens da detenção de Rui Pinto, numa operação conjunta com a Judiciária

Alexandre Panda,
Nuno Miguel Maia
 e **Tiago Rodrigues Alves**
 justica@jn.pt

CASO DOS EMAILS Poucas horas após ter sido detido, no âmbito de um inquérito da PJ que dura há mais de três anos, Rui Pinto já tem estratégia pública de defesa: assume que subtraiu informações confidenciais de clubes de futebol e a ligação ao Football Leaks, mas argumenta que fez tudo ao abrigo de um estatuto de “denunciante” de práticas contrárias à lei, devendo, por isso, ser protegido, beneficiando de uma espécie de imunidade. Invoca, até, a legislação europeia a seu favor e a abertura de investigações em diversos países por práticas ilícitas no futebol.

Detido em Budapeste, na Hungria, por indícios que levaram a identificá-lo como o hacker que pirateou os emails do Benfica, Pinto confirma através dos seus advogados a intromissão em

sistemas informáticos. Porém, não confessa expressamente o roubo dos emails do clube da Luz. Ainda assim, segundo soube o JN, as buscas realizadas anteontem ao apartamento onde vivia permitiram apreender mais de uma dezena de discos de armazenamento, nos quais estavam guardados milhões de ficheiros. As autoridades vão agora confirmar a correspondência com o material desviado do Benfica, bem como do fundo de investimento Doyen e clubes europeus devassados pela plataforma Football Leaks.

O próximo passo da investigação será apurar a existência de cúmplices na extração de informação nos ciberataques e na divulgação dos conteúdos. O Benfica refere não acreditar que Rui Pinto tenha feito algo a “título gracioso”, apontando o dedo ao F. C. Porto e ao diretor de comunicação Francisco J. Marques, que deu a cara pela divulgação dos emails, dando origem a um inquérito-cri-

me por suspeitas de tráfico de influências e corrupção.

Se alguém pagou a Rui Pinto, ainda não há certeza. Para já, as autoridades portuguesas desconhecem se o hacker exercia na Hungria alguma profissão ou outra atividade além de “piratear” clubes e empresas de agenciamento de jogadores.

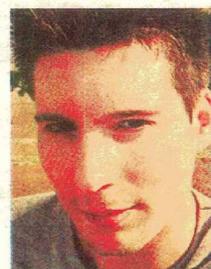
“INCRÍVEL PARADOXO”

Os advogados Francisco Teixeira da Mota e o francês William Bourdon dizem, em comunicado, que Rui Pinto irá opor-se à extradição para Portugal, fazendo notar o “incrível paradoxo que resulta da tentativa de criminalização” do cliente, “quando, na verdade, o seu gesto cívico e as suas revelações permitiram a numerosas autoridades judiciais europeias um avanço histórico no conhecimento das práticas criminosas no mundo do futebol”.

Fazendo notar que Rui Pinto “foi seriamente ameaçado, sendo o seu silêncio o ob-

jetivo de muitos intervenientes”, os juristas afirmam que “cumpra os critérios de proteção dos lançadores de alertas [whistleblowers], resultantes das últimas disposições da legislação europeia e de muitos países europeus”.

O hacker, de 30 anos, será ouvido por um juiz na Hungria, decidindo-se depois a medida de coação a vigorar durante o período em que não se decidir se se concretiza, ou não, a extradição para Portugal. ●



Rui Pinto está detido e opõe-se à extradição

Crimes imputados

Rui Pinto foi detido na Hungria ao abrigo de um mandado de detenção europeu, sendo-lhe imputados crimes de extorsão qualificada na forma tentada, acesso ilegítimo, ofensa a pessoa coletiva e violação de segredo. Neste último ilícito, inclui-se o acesso a processos em segredo de justiça, retirados do sistema informático dos tribunais.

Queixa da Doyen

O processo começou em 2015 com uma queixa do fundo de investimento Doyen, com sede em Malta. Refere esta entidade que Rui Pinto, através do advogado Aníbal Pinto, tentou extorquir-lhe meio milhão de euros, sob ameaça de divulgação de documentos comprometedores.

Advogados atacados

Os últimos presumíveis ataques de Rui Pinto tiveram como alvo o escritório de advogados PLMJ, de um dos juristas que defenderam o Benfica no processo e-Toupeira. Foram subtraídos documentos relativos ao processo e-Toupeira, EDP e Operação Marquês. Recentemente, foi fechado o sítio Mercado de Benfica, onde eram divulgados os emails. Só que agora ainda está em funcionamento um sítio com servidor em Anguilla, nas Ilhas Virgens Britânicas.

“CYBERPIRATA OU DENUNCIANTE?”

Ana Gomes

Eurodeputada do PS

“Jovem hacker português que expôs corrupção e outros crimes e negócios sujos em clubes de futebol (concretamente o Benfica) foi preso na Hungria para ser extraditado para Portugal. É um cyberpirata ou um “whistleblower” (denunciante)?”

